

COMISSÃO EUROPEIA

Albuquerque critica Bruxelas e exige defesa das RUP

O presidente do Governo entente que a proposta da Comissão viola o artigo 349 e coloca em causa a ultraperiferia.

Por **Edmar Fernandes**
efernandes@jm-madeira.pt

O presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque, participou ontem, em Bruxelas, na sessão que assinalou os 30 anos da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (RUP), momento relevante, numa fase em que está em discussão o Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para 2028-2034.

O encontro reuniu os presidentes das RUP e serviu para preparar as negociações europeias, defender o artigo 349.º do Tratado e reforçar a necessidade de garantir instrumentos e financiamento adequados às regiões mais periféricas da União Europeia.

Os trabalhos integraram duas mesas-redondas: uma dedicada à evolução das políticas europeias para as RUP desde 1995 e outra centrada nos riscos e desafios colocados pela proposta de QFP 2028-2034.

O debate evidenciou preocupações comuns relacionadas com coesão, agricultura, transportes, fundos estruturais e o impacto das mudanças geopolíticas, económicas e climáticas nos territórios ultraperiféricos.

Um dos momentos mais relevantes do dia foi a assinatura da Declaração dos Presidentes das RUP, que alerta para riscos de retrocesso e apela a uma abordagem mais equilibrada e coerente da União Europeia perante as

Miguel Albuquerque está em Bruxelas para defender as condições das regiões ultraperiféricas.



especificidades destes territórios.

“É inaceitável”

Após a reunião, Miguel Albuquerque criticou de forma contundente a proposta da Comissão Europeia, afirmando que “é inaceitável porque, por um lado, a proposta da Comissão viola, de forma flagrante, o artigo 349, ao não reconhecer as necessidades das regiões ultraperiféricas que estão consagradas no Tratado de Funcionamento da União, e, por outro, a renacionalização da discussão dos fundos viola o princípio da subsidiariedade, que é outro pilar fundamental da Constituição Europeia”. Por isso, considera que esta

Encontro reúne ministros e vice-presidente da Comissão

Hoje, Miguel Albuquerque volta a participar em encontros promovidos pelo vice-presidente da Comissão Europeia responsável pela pasta da Coesão, num fórum dedicado às regiões ultraperiféricas. Estarão presentes, além dos presidentes das RUP, os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Espanha e França.

orientação “vai acabar com a noção de ultraperiferia”, que diz ser “uma mais-valia da construção europeia”.

O governante sublinhou a importância geopolítica das RUP, lembrando que “através das regiões ultraperiféricas, a Europa está presente no

Atlântico, nas Caraíbas, na América do Sul e no Índico”. Defendeu que qualquer potência regional ou mundial procura pontos de fixação geopolítica e que, ao contrário, “a União Europeia está a ignorar as regiões ultraperiféricas de forma comple-

tamente irresponsável, quando estes territórios são uma mais-valia”.

Sublinhou também que as regiões contribuem para afirmar a UE como a segunda potência marítima mundial, representando mais de 12 milhões de quilómetros quadrados de áreas marítimas e concentrando grande parte da biodiversidade europeia.

Miguel Albuquerque alertou que, caso a proposta avance, haverá impactos diretos no desenvolvimento regional, classificando a medida como “um retrocesso na coesão económica e social e um retrocesso político no quadro da afirmação da União Europeia nestas regiões”.

Intervenção dos Estados

Recordou que o desenvolvimento da Madeira e dos Açores foi amplamente suportado pelos fundos europeus, “porque o Estado português nunca ligou muito às regiões”. E julga essencial que isso mude: “É fundamental que o primeiro-ministro de Portugal e o ministro dos Negócios Estrangeiros tenham uma posição muito firme na defesa destas regiões. Sem o Estado nacional como suporte, não temos hipótese”.

Entre as questões mais preocupantes, Albuquerque apontou também a necessidade de garantir acesso das RUP aos fundos destinados à defesa, segurança, competitividade e inovação. Explicou que, sem segmentos específicos, “são as grandes potências centrais da Europa que têm acesso a esses fundos”, como aconteceu com o fundo para a ciência “no quadro anterior”. Acrescentou que as regiões ultraperiféricas podem ter um papel fundamental no domínio da defesa e das tecnologias associadas às rotas marítimas, mas que necessitam de garantias de acesso a financiamento europeu para desempenhar esse papel.

Albuquerque revelou que transmitiu estas preocupações ao vice-presidente da Comissão Europeia numa reunião recente, advertindo que existem “várias armadilhas” na proposta atualmente em discussão.